

5. Conclusão

Este estudo caracterizou os *habitus* de gênero do oficialato do Exército Brasileiro. O *habitus* é aqui apreendido como um princípio subjacente de produção dos discursos, ações e gestuais específicos, enquanto o *habitus* de gênero inclui os esquemas inconscientes e conscientes de compreensão e ação em relação ao exercício dos papéis sexuais.

Para analisar o *habitus* de gênero, este estudo abordou dois tipos de dados: quantitativos, extraídos a partir da realização de *survey* com oficiais do segmento feminino e masculino da Força Terrestre; e, qualitativos, obtidos por meio de entrevistas abertas com instrutores da AMAN, do segmento masculino, de todos os quadros, armas e serviços.

No primeiro grupo de dados, consta uma descrição geral dos principais indicadores socioprofissionais dos homens e mulheres militares, tais como sexo por posto, faixa etária, condição civil, número de filhos e dependentes, além de opiniões sobre temas como moral sexual, percepção política e a inserção das mulheres na linha bélica.

No segundo grupo de dados, são aprofundados aspectos do *habitus* de gênero, envolvendo temas como autoimagem corporal; imagem corporal de homem e de mulher; papéis masculinos e femininos na sociedade brasileira; e, o homem e a mulher militares no suporte ao combate, no combate convencional, não convencional, na não-guerra e no Exército de Paz.

Em primeiro lugar, quantos são e quem são os oficiais do EB? Aqui, a percentagem de aspirantes e tenentes homens é de 38,8% e tenentes mulheres, 36,7%, em relação ao efetivo feminino da Força Terrestre. A maior concentração de mulheres ocorre, no entanto, no posto de oficiais intermediários somando 39,9%, enquanto a sua maior parte se distribui entre aspirantes, tenentes e capitães (76,6%). A partir daí, a percentagem de mulheres começa a decrescer: 21,5% das mulheres são majores, até se reduzir a índices insignificantes, em que 1,9% de mulheres com o posto de tenente-coronel. Por fim, não há mais mulheres com o posto de coronel ou general.

Essa situação no segmento feminino evidencia as suas limitações quanto ao exercício do poder institucional por parte das mulheres, que ainda não ascenderam significativamente na progressão na carreira militar, não podendo ainda atuar, por exemplo, como chefe de seção.

Essas limitações não são decorrentes apenas do tempo passado desde a sua inserção, que é relativamente recente, pois, salvo para as oficiais do quadro de engenheiros militares e ode médicos, ainda é interdito às mulheres a promoção ao generalato, o que as exclui das instâncias de maior poder decisório das instituições militares.

Esse fato consubstancia o fenômeno do “teto de vidro”, encontrado no universo corporativo de muitos países, que consiste “numa barreira que impede o alcance de algumas mulheres ao topo da hierarquia organizacional”¹⁶⁵.

Na verdade, a lógica da inserção feminina na instituição militar parece operar por meio de um gerenciamento intencional do desconforto produzido em face da diferença, estabelecendo mecanismos de represamento da minoria, que, no caso, são as mulheres, que são assimiladas ao “outro” da instituição militar e que ameaçam constantemente a integridade e autenticidade da instituição militar – o civil.

Por esta razão, a inserção das mulheres no Exército brasileiro ocorreu principalmente, em caráter majoritário, nos quadros de assessoria técnica, e não nos de comando, que representam, como veremos nas entrevistas dos instrutores, a identidade militar mais profunda dessa profissão.

Quanto aos indicadores socioprofissionais dos militares, constata-se que, apesar de relativamente jovens, homens e mulheres militares são maduros, assumindo tarefas evolutivas de uma pessoa adulta. Nesse sentido, observa-se que pouco mais da metade das mulheres é casada (52,7%) ou estão em uma união estável (11%), da mesma forma que, entre os homens, também predominam os casados (76,5%) e os que estão em uma união estável (8,2%).

¹⁶⁵ MELO, M. C. de O. L. **Mulheres gerentes entre o empoderamento e o teto de vidro**. In: FREITAS, M. E.; DANTAS, M. (ORGS). **DIVERSIDADE SEXUAL E TRABALHO**. São Paulo: Cengage Learning, 2012, p. 350.

Em relação aos filhos, há diferenças entre homens e mulheres militares: quando as mulheres têm filhos, predominam as que têm um ou dois filhos, no máximo (50%), enquanto os homens militares dividiriam com suas esposas os cuidados com a prole, podendo ter dois a três filhos (45,5%), ao contrário das mulheres militares (apenas 26,1%).

Esse aspecto demonstra a persistência maior, entre os homens militares, de padrões de comportamento próprios da família patriarcal, em que o homem tem mais filhos, pois delega mais à companheira à responsabilidade de provimento e criação, que presumivelmente não trabalha ou o faz em tempo parcial. Esse aspecto é ratificado em relação ao número de dependentes: 47,6% das mulheres não têm dependentes ou apenas têm apenas um (25%), enquanto apenas 16,8% dos homens não têm dependentes ou têm apenas um (20,7%). Quando as mulheres possuem dependentes, têm apenas um (25%) ou dois (19%), enquanto, dentre os homens, uma quantidade significativa tem três dependentes (26,5%), enquanto apenas 6% das mulheres têm três deles.

No aspecto referente aos vínculos familiares com o Exército, constata-se uma maior dependência da mulher do capital familiar do que do homem, uma vez que 39,7% das mulheres têm militares na família, enquanto apenas 5,6% dos homens parecem seguir uma tradição familiar na escolha de sua carreira profissional. Esse fato se deve, talvez, ao estranhamento constitutivo das mulheres em relação ao universo militar, em que somente as mulheres com parentes militares seriam de algum modo “apresentadas” à instituição antes do ingresso na carreira, e, sentindo-se motivadas, portanto, para escolher essa profissão.

Em relação à percepção política, constatou-se que 52,5% dos homens se orgulham em ser brasileiros, devido às Forças Armadas, enquanto apenas 31,9% das mulheres sentem o mesmo. A maior valorização da instituição militar pelos homens manifesta-se na percepção mais aguda de sua influência decisiva na História do País (40,9% dos homens e 30,1% das mulheres).

Nesse caso, as diferenças entre homens e mulheres devem-se talvez à inserção mais precoce do homem nas escolas de formação militar e ao conhecimento maior de História Militar que é proporcionado pelos currículos dos cursos de linha bélica, aos quais as mulheres militares não têm acesso.

Essa contribuição do Exército para a história do País significa, no entanto, para os homens, uma tendência ao endosso do discurso institucional, que enfatiza a tradição, pois 40,9% dos homens selecionaram a seguinte frase que melhor representa o Exército: “A história do Brasil se confunde com a história do Exército”. As mulheres também aderem a essa frase, embora em menor medida do que os homens, somando 30,1%, manifestando novamente, uma maior independência em face dos clichês institucionais.

Convém ressaltar o fato de que essa afirmativa integra, ao lado das outras afirmações abordadas neste trabalho, um discurso institucional que “inventa” uma história do Exército, vinculando-a à história da Nação, com o intuito de legitimar a instituição militar dentro e fora da caserna. Como parte do discurso institucional, que é expresso nos materiais de imprensa ou nos eventos cívicos, nomeia-se o golpe militar de 1964 como “o movimento democrático de 1964”.

As razões do maior alinhamento dos militares, em especial, dos homens, com o discurso institucional, podem ser encontradas no *modus operandi* do sistema de ensino do Exército, que, nas últimas décadas, teria formatado as atitudes dos oficiais a respeito da instituição militar, estabelecendo uma ruptura abrupta dos militares com a sociedade brasileira, despolitizando a caserna e intensificando a oposição entre militares e civis, o que não era a tônica das relações entre militares e civis até 1964.

A atitude de endosso ao discurso institucional dos oficiais homens se manifesta ainda nos percentuais significativos de endosso de censura ideológica em bibliotecas públicas, uma vez que 36,1% dos homens e 28,4% das mulheres ainda assumem uma atitude de apoio à censura, o que evidencia a eficácia relativa do discurso institucional na socialização militar entre os homens.

Se em relação à imagem institucional, homens e mulheres militares alinham-se de modo diferenciado com o discurso institucional, em relação à imagem de si mesmos, enquanto militares, os homens militares ratificam novamente o discurso institucional, endossando mais a associação da profissão militar com a ideia de sacerdócio. Aqui, constata-se que 33% dos homens qualificam a dimensão do sacerdócio como a mais importante, seguida por 32,1%

(segunda mais importante) e 12,2% (terceira mais importante), o que perfaz 77,3% que associam esse aspecto à profissão militar.

Por outro lado, a mulher claramente se afasta mais do discurso institucional, quando 52,9% vinculam tal dimensão à profissão militar.

Essa divergência entre homens e mulheres militares se acentua mais quando ambos qualificam a profissão de professor em relação ao sacerdócio. Nesse caso, as proporções tendem a se inverter: 31% das mulheres consideram a mais importante, 23,9%, a segunda mais importante e 7%, a terceira mais importante, perfazendo 61,9%. Por outro lado, a proporção de homens que associam o magistério ao sacerdócio nos três níveis mais altos de importância perfazem 46,1%.

A divergência entre homens e mulheres militares quanto ao endosso do discurso institucional não se deve somente à inserção mais precoce do homem no sistema de ensino do Exército. Tem a ver também com as injunções históricas da condição feminina, vinculada aos papéis sexuais de esposa e mãe, o que induz as mulheres a preferirem as profissões de cuidado, relacionadas, também, ao sacerdócio.

Em relação à moral sexual, repete-se aqui o padrão de conservadorismo, já encontrado em relação à percepção política, uma vez que as mulheres são menos conservadoras do que os homens, com 44,1% sendo a favor da censura moral em bibliotecas públicas enquanto os homens apoiam, em sua maioria, a censura (59,2%).

Esses aspectos se repetem em relação à atitude diante da homossexualidade, em que 52,4% dos homens são a favor da exclusão da biblioteca pública de livros favoráveis ao homossexualismo, enquanto apenas 26,9% das mulheres apoiam tal medida.

Em relação à moral sexual, que se relaciona com as transformações da família tradicional, manifesta-se a mesma tendência de maior apego dos homens ao modelo tradicional, e a seus papéis sexuais típicos (79,6%), enquanto uma quantidade menos significativa de mulheres (53,7%) rejeitam as mudanças

sociais, que incluem, por exemplo, a emancipação sexual e profissional das mesmas, dentre outros aspectos.

Quais as razões do conservadorismo masculino e do maior apego às tradições e ao controle da liberdade de opinião, em relação aos temas da moral sexual? Por que as mulheres se inclinam a uma atitude liberal, aqui depreendida como o respeito à liberdade de expressão e a uma atitude mais despreendida dos códigos culturais constituídos? Por que os homens se distinguem das mulheres mesmo na ausência de uma doutrinação sistemática desses temas nas instituições militares?

Para responder essas perguntas, é necessário investigar um fator importante que também explica o comportamento mais liberal das mulheres em relação aos homens: a evolução de modelos de atuação militar e as formas distintas de sua apropriação, realizadas por mulheres e homens, no âmbito das instituições militares.

Inicialmente, é preciso ressaltar o fato de que a profissão militar, que tem sido um *affaire* exclusivamente masculino, traduziu-se sempre a partir de uma imposição da vontade de poder, no sentido nietzschiano, que funcionaria pela imposição de um querer, que é essencial na condução de homens em situação de extremo risco, própria dos conflitos armados.

Na vontade de poder, acham-se subsumidos ainda dois outros conceitos: o apolíneo e o dionisíaco, que “são pulsões cósmicas (...) e aspectos que o conceito de vontade de poder recobre.”¹⁶⁶

O dionisíaco se identifica com a livre expressão da natureza e de suas pulsões, enquanto o apolíneo, manifesta-se como um impulso de dotar o mundo de ordem e harmonia, por meio do exercício puro do intelecto.

Nessa perspectiva, a vontade de poder, característica da profissão militar, oscilaria entre a expressão irrestrita das pulsões e a sua regulação, estabelecida através da imposição de um detalhado aparato legal. Ou seja, entre o dionisíaco e o apolíneo. Haveria, mesmo nas instituições militares, uma alternância de

¹⁶⁶ MARTON, S. *Nietzsche*: das forças cósmicas aos valores humanos. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2000, p. 43.

períodos de fúria e conquista, de afirmação de um poder carismático, de caráter dionisíaco, e de fases mais burocráticas e militares, de criação e repetição de rotinas, de cunho apolíneo.

A esse respeito, convém lembrar o fato de que, a partir do século XIX, impôs-se no Exército uma tendência gradual de contenção dos princípios dionisíacos, enfatizando-se mais os aspectos normativos e disciplinares, isto é, apolíneos.

Em que sentido, podemos relacionar as mulheres ao *ethos* militar, marcado pela dualidade do princípio dionisíaco e apolíneo?

As mulheres inclinam-se, como se percebe nas respostas contidas nas tabelas, mais ao princípio dionisíaco do que os homens, enfatizando a liberdade na expressão dos instintos em detrimento da ordem e do controle social.

Como não foram enquadradas pela tradição militar e não há, a bem dizer, uma tradição militar de mulheres guerreiras, a mulher não teria incorporado os aspectos apolíneos que triunfaram no Exército atualmente.

Na verdade, as mulheres, permeadas, assim como os homens, dos dois princípios, o dionisíaco e o apolíneo, que são opostos, mas complementares, pendem, no contexto militar, ao dionisíaco, pela limitação histórica de seus aspectos apolíneos, uma vez que, até o século XX, na sociedade mais ampla, vinculavam-se apenas aos papéis sexuais tradicionais, de esposa e mãe, que as relacionavam mais estreitamente à natureza e, portanto, à dimensão do dionisíaco.

Quanto à percepção de homens e mulheres militares sobre a inserção da mulher na linha bélica, constatou-se aqui que 43,6% dos homens (quase a metade) são favoráveis à inserção da mulher somente em funções administrativas, enquanto apenas 10,5% das mulheres têm a mesma opinião.

Os resultados relacionados à rejeição masculina da mulher na linha bélica são completamente ratificados quando é perguntado se a presença da mulher é aceitável em todas as atividades, inclusive nas ações de combate, quando apenas 41,9% dos homens concordam, contrapondo-se a 64,5% das mulheres.

A rejeição das mulheres na linha bélica tem a ver com a repulsa que os estabelecidos têm em relação aos *outsiders*, que funciona por meio de mecanismos complexos de estigmatização. Essa rejeição às mulheres na linha bélica provém mais de um grupo social coeso, o dos homens militares, que conseguiu criar secularmente um estilo de vida específico – uma tradição constituída – e que lhes confere acesso às posições de poder no campo militar.

Nesse sentido, o ingresso das mulheres na linha bélica representa uma ameaça às posições de poder e ao estilo de vida – a tradição militar – do grupo de homens, que ainda é exclusivo, criando possibilidades de transformação da corporação militar como um todo. A mulher é, então, assimilada à condição de civil, à condição do “outro”, da instituição militar, percebida como instância ameaçadora da integridade e da permanência da instituição militar.

E quanto aos homens militares da linha bélica, que irão recepcionar as mulheres na principal escola de formação militar a partir de 2018 na AMAN? Quais são as principais características do seu *habitus* de gênero? Como os instrutores deste estabelecimento de ensino percebem a inserção das mulheres na linha bélica?

Os entrevistados são homens, tenentes, capitães, e, em menor medida, majores, com maior experiência em corpo de tropa, e alguns poucos, em missões de paz, ações de GLO e grandes comandos.

A esse respeito, convém ressaltar que os diversos aspectos do *habitus* de gênero dos oficiais são constituídos ao longo das trajetórias profissionais e que incluem princípios doutrinários e esquemas de percepção inconfessos sobre a natureza real e ideal da atividade militar, além de práticas militares específicas.

A predominância de uma vivência profissional em corpo de tropa sugere que esses instrutores estão marcados por um tipo de adestramento condicionado pela hipótese da guerra convencional, ou guerra da 1ª e 2ª geração, que se caracteriza pelo escasso fator tecnológico, o que favorece que haja uma menor quantidade de militares técnicos, que atuem nas atividades de suporte ao combate, onde já há mulheres.

Ou seja, esses instrutores, porque oriundos de corpo de tropa, conviveram menos com mulheres militares, o que favorece um maior apego aos papéis tradicionais e uma maior rejeição da mulher na linha bélica, fato que encontramos nas suas falas, de modo declarado ou implícito.

Quais os homens públicos que os instrutores admiram? Destacam-se mais as figuras de atletas, devido à convergência dos valores de autossuperação e sacrifício pessoal que a profissão militar compartilha com a atividade de desporto; de militares com atitudes corajosas, de manutenção de princípios éticos a todo o custo, até com a confrontação com o governo civil, endossando a postura militar em detrimento do modelo mais político e cidadão de atuação militar; de políticos ou líderes religiosos que mantenham valores tradicionais, então ameaçados em época de mudança, o que patenteia uma espécie de ojeriza platônica às transformações sociais, portadoras potenciais de corrupção e decadência social.

A esse respeito, diversos instrutores não reportaram nenhuma mulher admirável, evidenciando o quanto o discurso de gênero funciona por meio de silêncios e cesuras, isto é, daquilo que não se fala, que se omite ou o que se situa no reverso da fala explícita. Esse fato demonstra que, no imaginário profundo, as mulheres não são relacionadas à vida pública, mas somente à vida privada, mantendo os instrutores as formas de compreensão da vida social próprias da sociedade tradicional. Em outros casos, foram citadas mulheres que se destacaram na política nacional ou em países estrangeiros, como Angela Merckel e Margaret Thatcher, às quais foram sempre atribuídos atributos considerados “masculinos”, na sociedade como um todo, e, em especial, nas instituições militares, tais como firmeza, truculência e até autoritarismo.

Em relação às atividades físicas, do Treinamento Físico Militar (TFM) e das atividades de campanha, os instrutores opuseram o corpo feminino, frágil, medicalizado ao corpo másculo, pujante, baseando-se num discurso médico de matiz positivista, que enquadram o feminino a partir de categorias da fisiologia, anatomia, ginecologia e educação física, que se tornam os principais referenciais da compreensão e das práticas de sexualidade/gênero.

Desse modo, os instrutores expressaram uma concepção da feminilidade e do corpo feminino como uma instância determinada pelos aspectos biológicos,

reduzindo a mulher à natureza, de um modo que a incompatibiliza com o combate. Nesta perspectiva, a essência da feminilidade repousaria claramente sobre a região genital, e é esta, precisamente, que a indis põe ao combate, como se constata na alusão recorrente à infecção urinária e às funções corporais relacionadas diretamente à maternidade.

Aqui, consubstancia-se uma concepção de uma feminilidade concebida como falha, latência ou desvio, reduzindo-se o corpo feminino à responsabilidade biológica-moral da maternidade, que tem estabelecido para o sexo feminino modelos díspares e complementares: a mãe, com a sua imagem em negativo da “mulher nervosa” e histérica, que se difundiu de modo superlativo no século XIX.

À semelhança do que se realizou a partir do final do século XVII, quando o dispositivo de sexualidade centrou-se sobre a histerização do corpo da mulher, percebido como patológico, porque marcado pela responsabilidade biológico-moral da reprodução, ao qual foi reduzido, o corpo feminino também é compreendido no Exército como uma instância de invariantes estruturais determinantes de desempenhos físicos incompatíveis com as demandas da instituição militar.

Desse modo, sob a égide de um determinismo biológico e essencialista, impõe-se sempre o paradigma do corpo masculino, como predestinado biologicamente ao esforço físico requerido.

Nessa perspectiva, em conformidade com a tendência geral, vigente a partir do século XVII, que considerava a sexualidade/gênero como um problema social, político e econômico, que demandava políticas de controle e regulação específicas, o corpo feminino e a sexualidade assumem no Exército a dimensão de um verdadeiro problema militar, relacionado ao cumprimento da missão constitucional, por ameaçar a eficiência no plano das operações militares, uma vez que compromete o exercício de alguns sistemas operacionais de combate propriamente dito, que definem, a bem dizer, a instituição Exército, como a Infantaria e a Cavalaria.

A concepção do corpo feminino frágil e doentio não se vincula, no entanto, à tese de modelo diferenciado de TFM, com o intuito de obter resultados

semelhantes de corpos intrinsecamente diferentes. Ao contrário, defende-se insistentemente a isonomia de tratamento no TFM, como o reverso de uma tese implícita, inconfessa, a saber, a absolutização do corpo másculo e saudável, imposto sobre o corpo feminino, que é negado em sua identidade e alteridade.

Os entrevistados aí claramente se esquivam de admitir as implicações flexibilizadoras das premissas de que partem, de corpos absolutamente distintos, com desempenhos díspares, em termos de *performance* profissional, praticamente negando a possibilidade de que as mulheres possam atingir, enquanto indivíduos biológicos diferenciados dos homens, quaisquer resultados otimizantes a partir de atividades físicas de natureza compensatória.

Constata-se também, no discurso dos instrutores, a rejeição da inserção da mulher nas chamadas armas de combate, que são a Infantaria, Cavalaria e Artilharia, que atingem os mais altos postos de comando.

Nesse sentido, as interações e percepções ou *habitus* de gênero dos instrutores entrevistados manifestam o conflito, no campo militar, entre as armas, quadros e serviços da linha bélica em torno ao exercício do poder efetivo e simbólico na instituição militar, que é inseparável “das localizações estratégicas, dos lugares a defender e conquistar em um campo de lutas.”¹⁶⁷

Nessa arena de lutas, o modo de ser e de agir militar das armas de combate passam a ser considerados mais importantes e significativos para a instituição militar. Ou seja, a atividade de educação física, o pentatlo militar, a marcha para o combate, o exercício de tiro e os exercícios no terreno são considerados como atividades mais relevantes do que as atividades de preparação ou execução de caráter técnico-doutrinário.

Nessa perspectiva, as lutas simbólicas que se manifestam no interior da instituição militar se apresentam como uma disputa entre os militares operacionais, e os militares técnicos ou burocratas, sendo mais valorizadas as atividades que se relacionam com o combate, o estilo de vida mais guerreiro e

¹⁶⁷ BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social de julgamento. Porto Alegre: Rio de Janeiro: Zook, 2011, p. 229.

marcial, o corpo marcado pelo adestramento, treinamento físico e atletismo, e a carreira norteada pela realização de cursos operacionais.

Desse modo, sob a égide do chamado modelo militar-viril, as armas de combate corporificam um polo masculino, superior, enquanto se transfere para as armas, quadros e serviços de apoio (a Logística e as Comunicações) o polo feminino, inferior, no qual seriam circunscritas as mulheres, em atividades técnicas, “feminilizadas”, marcadas pela primazia da atividade intelectual, de caráter técnico.

Esse modelo platônico invertido que opõe polo feminino e masculino, com base numa espécie de hierarquia de capacidades e faculdades, concedendo a superioridade às atividades físicas e a subalternidade institucional em detrimento das atividades intelectuais, intenta, na verdade, manter a hegemonia histórica das armas de combate, de caráter operacional, dominantes desde o início da constituição do Exército Brasileiro, a reboque de uma visão da instituição militar marcada pelo tarimbeirismo, que se contrapôs à concepção bacharelesca, difundida após a Guerra do Paraguai, sob a influência de Benjamin Constant, que valorizava as atividades intelectuais.

Na derrota da concepção de Benjamin Constant, dos militares bacharéis, difundiram-se as convicções de platonismo invertido, consensuais atualmente no Exército, que identificam a profissão militar estritamente à atividade física e ao treinamento para o combate, menosprezando-se, ou considerando nociva a formação intelectual das ciências humanas e mesmo o estudo sistemático, como algo incompatível com o militar, percebido como um homem de ação.

Confrontam-se aqui, então, dois modelos antagônicos de soldado, a que se entrelaçam as representações de gênero, assimilando-se a mulher ao modelo negativo, inferior, do soldado bacharel, que não é dignificado pela luta, pelo confronto físico ou pelo “olho no olho do inimigo”.

Nessa perspectiva, são negada às mulheres, então assimiladas como “técnicas” – o polo fraco do campo militar – as possibilidades da posse de bens culturais valorizados institucionalmente, a saber, o preparo físico adequado para o desempenho das atividades operacionais. Essa rejeição ocorre, pois a distribuição

do bem cultural ameaçaria a distinção dos antigos detentores, por diminuir a sua raridade e valor.

Por essa razão, em relação à proposta de um modelo de inserção da mulher na linha bélica, os instrutores propõem que deve ser realizada somente em armas, quadros e serviços de natureza técnica.

Esses instrutores inferiorizam, então, os sistemas operacionais de apoio ao combate, onde mesmo o corpo masculino dos homens das Armas, Quadros e Serviços de Comunicações, Intendência e Material Bélico é negado e feminilizado, porque excluído da situação de combate.

Nessa perspectiva, os instrutores aceitam mais facilmente o exercício da autoridade da chefia e da liderança quando fundamentada no conhecimento técnico, próprio do trabalho administrativo ou do apoio ao combate, relutando em aceitar a chefia/liderança relacionada à atividade operacional, um aspecto que se constitui como obstáculo à aceitação da inserção das mulheres na linha bélica.

Em razão da mística do comando, os instrutores, em sua maioria, relutam em atribuir o comando propriamente militar a uma mulher, pois estas ainda são vinculadas aos papéis sexuais tradicionais próprios da vida privada, de mãe, parceira sexual, esposa e cuidadora.

Nesse sentido, torna-se preferível aceitar um homem sem o poder de referência das armas de combate devido à incapacidade física ou a aspectos comportamentais do que aceitar uma mulher com desempenho físico excepcional, que deveria, em tese, “emancipá-la da sua condição de mulher”, que seria incompatível com a atividade militar propriamente dita.

Há ainda aspectos propriamente militares, de caráter doutrinário, envolvidos na questão de gênero nas Forças Armadas: a face preocupante de um Exército que ainda não pondera as novas hipóteses de emprego e o avanço tecnológico atual, que se mostra no discurso dos instrutores, que absolutizam as formas de atuação militar da guerra convencional e, em nome desta, recusam as possibilidades de inserção das mulheres.

Nesse caso, o regime de gêneros se entrelaça a uma compreensão da atividade militar redutora e anacrônica e numa recusa inconsciente de aceitação das novas hipóteses de emprego que definem melhor a instituição militar no mundo contemporâneo, onde é mais fácil e até necessária a inserção das mulheres.

De fato, se é mais difícil, embora não impossível, inserir as mulheres na marcha para o combate, é bastante plausível imaginá-las atuando nas operações de GLO ou nas missões de paz, onde a força e a resistência física são substituídas pela destreza e pelas habilidades de negociação com militares de outras Forças, de outros países, e com populações civis, onde há também mulheres.

Outro aspecto observado no *habitus* de gênero dos instrutores é a defesa recorrente de um *ethos* igualitário, consubstanciando um discurso de matiz iluminista, que considera homens e mulheres como sujeitos jurídicos, portadores de direitos e deveres, desestruturando os papéis sexuais tradicionais.

Esta atitude de defesa de um tratamento isonômico de homens e mulheres se manifesta, principalmente, sobre as obrigações militares, como a tiragem de serviço.

A defesa do *ethos* igualitário em relação ao gênero por parte dos instrutores manifesta-se também na avaliação dos desempenhos de homens e mulheres em atividades domésticas e relacionadas à educação dos filhos, eliminando quaisquer diferenças de tratamento relacionado com gênero, no sentido de desconstruir os papéis sexuais tradicionais.

Predominam, no entanto, as opiniões igualitárias do tipo ostensivo, escancaradamente liberais e que abolem as diferenças de expectativa social em relação a mulheres e homens. É o que se nota quando os instrutores são igualmente indiferentes à opção pela carreira militar de combatente por parte de filhos e filhas ou à idade adequada para a sua iniciação sexual.

Esse ponto de vista parece evidenciar a influência, no âmbito do campo militar, do discurso isonômico, emancipatório e hegemônico no âmbito do Estado e da sociedade civil, e que formata os discursos dos instrutores, segundo a clivagem do que é considerado atualmente “politicamente correto”.

Isto acontece porque o Estado brasileiro, configurado enquanto campo político e cultural, exercendo, desde 1985, o chamado controle civil, estabelece pressões sobre as instituições militares, disponibilizando para elas determinadas premissas sobre os modos de ser e de agir de homens, em conformidade com o gênero, sob a égide de um *ethos* racional-legal.

A presença do discurso igualitário entre os instrutores revela, portanto, alguma confluência entre o campo militar e o campo civil, o que teria favorecido o acionamento de mecanismos endógenos, nas instituições militares, de supressão e mascaramento de um genuíno e autóctone discurso institucional militar, que, na verdade, rejeita veementemente a inserção da mulher na linha bélica, funcionando de modo subliminar nas fissuras e interstícios do discurso institucional “civil”, o que permeia as falas de todos os instrutores.

Desse modo, os instrutores evitam avaliações e opiniões que reforcem ou apoiem os papéis sexuais tradicionais que correlacionam as mulheres aos afazeres domésticos e os homens às atividades próprias do mundo do trabalho, assim como são evitadas as afirmações de desconforto com a superioridade financeira de uma mulher ou com o seu extremo engajamento na vida profissional, em moldes, por assim dizer, “masculinos”.

A presença deste discurso igualitário entre os instrutores se torna ainda mais reveladora neste estudo, que utilizou entrevistas realizadas dentro do próprio Estabelecimento de Ensino, para as quais com certeza esses oficiais foram orientados no sentido de proteger adequadamente a imagem institucional.

A defesa do *ethos* iluminista e isonômico, pelos instrutores, apresenta, no entanto, contradições e aporias. Uma delas já foi analisada: a alegação da incapacidade física da mulher para o combate, devido aos universais biológicos, que a destinam à maternidade.

A outra contradição consiste na crença que os instrutores têm em determinados universais psicológicos subjacentes ao sexo, que funcionam de modo semelhante aos universais biológicos já analisados, estabelecendo um modo de ser psíquico, que é inerente à mulher. Nesse sentido, aparece, entre os instrutores, a convicção em universais psicológicos, quando se distinguem

atributos especiais das mulheres em lidar com a sensibilidade, ou seja, com aspectos mais relacionados com a vida privada.

A ideia de universais psicológicos de gênero, entre os instrutores, apresenta-se, na verdade, como a contrapartida mental e imanente ao gênero, das diferenças físicas, de base orgânica entre os sexos, mas que para elas convergem, uma vez que são buscadas explicações neurológicas para as diferenças de comportamento de homens e mulheres.

Deste modo, apesar do reconhecimento do fato da entrada da mulher no mercado de trabalho, defende-se que ela possui uma vocação imanente para a maternidade, mesmo quando se aceita a responsabilidade dos pais em relação à educação e ao cuidado com os filhos.

A aceitação tácita dos papéis sexuais tradicionais é demonstrada também na ideia de que a inserção de mulheres na instituição militar alteraria formas de tratamento social entre os homens, funcionando, na verdade, como um elemento indutor de uma maior civilidade no tratamento das pessoas, que é, na verdade, própria da vida privada.

A defesa dos papéis sexuais tradicionais, baseada na convicção em universais psicológicos, em relação a homens e mulheres, manifesta-se, assim como a alegação da sua incapacidade física como estigma, pois absolutiza ou exagera determinados atributos em detrimento de outros, considerados socialmente inferiores ou negativos.

O gênero funciona aqui a reboque de um processo de estigmatização que assimila as mulheres ao “outro” – o civil – tido sempre como uma ameaça a um estilo de vida consensual de homens militares, constituído em uma tradição militar específica. Nesse sentido, qualquer indivíduo considerado “diferente” do modelo militar-viril, é inserido no grupo estigmatizado dos “paisanos”, que ameaçam a tradição dos militares e seu estilo de vida.

Por essa razão, aparece frequentemente nas falas dos instrutores o temor de que a inserção das mulheres destrua os pilares da instituição militar, pois o gênero se constitui aqui, então, como um “poder causal inesgotável e polimorfo” (Foucault, 2003, p. 75), que pode provocar fissuras ou rupturas nas estruturas

fundantes da instituição militar, ameaçando a hierarquia e a disciplina, porque contrapõe o militar ao “outro”, que, no caso, é a mulher, então assimilada ao “paisano” ou ao civil.

Apesar da estigmatização manifestada na convicção em universais psicológicos e biológicos de gênero, são defendidos também pontos de vista igualitários pelos instrutores, como já foi analisado.

Em síntese, constata-se que, em relação ao *habitus* de gênero, os instrutores oscilariam entre a convicção entre o igualitarismo, de cunho racional-legal, relacionado à vida privada e à atividade militar, no que concerne ao cumprimento das obrigações militares, à convicção essencialista em universais psicológicos e biológicos, que distinguem de modo imanente homens e mulheres, excluindo-as da possibilidade de inserção nas armas de combate.

A que se devem essas aporias e paradoxos no discurso? Por que os instrutores alternam opiniões do campo civil e militar sobre temas tão diversos?

Talvez haja algo no imaginário profundo e inconfesso da instituição militar que induza esses militares a afirmar pontos de vista politicamente corretos, ao mesmo tempo em que defendem, frequentemente, o fechamento institucional e a preservação integral do *status quo*.

Esse aspecto se relaciona com a atividade-fim do Exército – a guerra – que consiste, não esqueçamos, na administração sistemática e intencional da violência.

É, portanto, a guerra que configura as relações interpessoais no cotidiano da instituição militar, estruturando o próprio modelo educativo, que é atravessado por um *ethos* de agressão, domínio e pulsões de morte.

Na verdade, a instituição militar funciona, paradoxalmente, por meio de lógicas contrárias e complementares, que, ao mesmo tempo, unem e desunem os militares.

Une quando difunde o espírito de corpo, por meio dos vínculos estabelecidos entre os militares no interior das corporações profissionais (círculos de pares, quadros, armas, serviços e especialidades), o que é necessário na

atividade-fim – a guerra – que exige a congregação de esforços para a consecução de metas.

Por outro lado, a instituição militar desune os militares, uma vez que favorece constantemente a exteriorização da vontade de poder e das pulsões de morte, que se manifestam enquanto agonística, *ethos* de luta do indivíduo com os seus próprios limites, rumo à autossuperação, e no conflito hobbesiano de todos contra todos.

No contexto do Exército de paz, o *ethos* de luta não pode ser exaurido somente nas práticas esportivas e no adestramento militar, convertendo-se frequentemente em rituais burocráticos, em minuciosos e estéreis protocolos de respeito e cerimônia, e em ações autodestrutivas de inteligência no âmbito da OM.

No contexto do exército de paz, onde não há como canalizar adequadamente todas as pulsões de morte e a vontade de poder, pois não existe combate, configura-se um cenário hobbesiano de luta de todos contra todos, nas entrelinhas das práticas de congregação e de subordinação aos imperativos da hierarquia e da disciplina, que se manifesta, por exemplo, na forma de retaliações e fofocas e na manipulação personalista dos mecanismos de controle institucionais, em relação à realização das obrigações militares, tais como a frequência e desempenho nas formaturas e TFM e o cumprimento dos horários de início e término do expediente.

Essa agonística, de embate permanente entre os militares, permeia também as estratégias discursivas dos instrutores entrevistados, confrontando-os, sem que se apercebam, ao próprio entrevistador, que representa aqui a autoridade da pesquisa científica, além de um ponto de vista “civil”, que se contrapõe à cultura militar e ao universo da caserna, ao que os instrutores reagem com manifestações pontuais de opiniões “politicamente corretas” intercaladas da defesa intransigente de valores militares tradicionais, que com elas são incompatíveis.

Desse modo, as contradições e aporias do discurso dos instrutores são, portanto, formações reativas à alteridade, estruturadas em razão da presença do pesquisador que é percebido como um “corpo estranho” na organização militar e que é inserido, a contragosto, na arena de lutas da instituição militar.

O último aspecto relevante do discurso dos instrutores é a ultrapassagem dos papéis sexuais tradicionais, no sentido da aceitação da inserção das mulheres na linha bélica quando consideram as novas hipóteses de emprego.

Nesse caso, os instrutores adotam um enfoque pragmático das questões de gênero, de caráter não essencialista, enfatizando os aspectos funcionais vinculados às circunstâncias e fatores a serem ponderados para o cumprimento adequado da missão, abandonando as convicções em universais psicológicos e biológicos de gênero.

Esse fato parece sugerir que as novas hipóteses de emprego, como as missões de paz, favorecem a atenuação de clivagens rígidas de gênero por obrigarem o militar a se confrontar e a se relacionar com uma multiplicidade de atores institucionais, o que engendra uma nova sensibilidade militar, menos aferrada a uma visão monolítica de mundo, devido à necessidade de se negociar com esferas valorativas diversas.

Este aspecto conduz a uma tese central deste trabalho, que permeia a análise dos dados quantitativos e qualitativos, relacionando diretamente os resultados do processo de inserção das mulheres às formas de emprego militar que predominam na Força Terrestre, um aspecto que tem sido relativamente descuidado na literatura especializada, que tem se detido nos fatores exógenos de cunho político, que geraram inputs para a inserção das mulheres nas Forças Armadas, e que tem a ver com a difusão da democratização política e social no século XX.

Nesta perspectiva, este trabalho visou justamente a demonstrar o peso das lógicas internas à instituição militar, que se enraízam nas tradições militares hauridas no âmbito das suas corporações, como quadros, armas ou serviços, mas, principalmente, com os modos de realização da atividade militar, que podem ser, em si mesmo, mais ou menos refratários à inserção das mulheres ou de outras “minorias”, porque ainda fundadas em relações distanciadas com a população civil, reproduzindo ainda o modelo do enfrentamento entre soldados em campo aberto. Nesta perspectiva, mesmo que as políticas de afirmação sejam efetivadas no âmbito das Forças Armadas, serão refratadas pela cultura organizacional militar, em todas as suas nuances: locais administrativos, com interface técnica,

inserindo mais efetivamente as mulheres, do que os locais de operações, considerados “sagrados” segundo o ideal tarimbeiro.

Pode-se ainda inferir daí que a inserção exitosa das mulheres dependeria da iniciativa de ampliar a execução das novas hipóteses de emprego, da guerra não convencional e da Não Guerra, restringindo-se a parte da Força Terrestre ainda imersa no preparo e emprego da Guerra convencional. Ou seja, pode-se supor que a modernização cultural do Exército, traduzido na aceitação das diferenças culturais dentro da instituição militar, está estreitamente vinculada à modernização propriamente das suas formas de atuação militar.

Finalmente, este trabalho se encerra na convicção de que, para além dos papéis sexuais tradicionais de homem e mulher, que a sociedade brasileira formata e empresta ao *habitus* de gênero dos oficiais, os resultados da inserção das mulheres resultarão não precisamente na plena aceitação das mulheres como soldados, mas em processos conflituosos, de luta cotidiana pelas posições no campo militar, com avanços e recuos das mulheres na direção dos “tetos de vidro”.

Além dos conflitos, supõe-se aqui também que serão construídas também formas complexas de consenso que nada tem a ver com a aceitação passiva da diferença por parte dos homens e mulheres militares. Ao contrário, considera-se que o confronto das mulheres com o modelo masculino de soldado milenarmente construído, haverá a reconstrução dos papéis sexuais tradicionais de um modo que podemos imaginar, pois já aparece na sociedade contemporânea, que criou diversos formatos de vivência homossexual e sexual, afastando-se consideravelmente do modelo dual de homem e mulher da tradição judaico-cristã.

Deste modo, este estudo considera que os papéis sexuais de soldado serão redimensionados não para tornar as mulheres iguais aos homens, com base no primado de um discurso iluminista, de extração liberal, mas no sentido de criar gestuais e formas de comportamento militar, antes desconhecidos, estruturando uma nova maneira de marchar, de se dirigir à tropa, de tratar os subordinados, de enfrentar o stress das atividades operacionais, de preparação física, instaurando uma bricolagem de trocas, inversões e acoplamentos de concepções e práticas entre mulheres e homens que recriarão o Exército do século XXI em direções

insuspeitas, alterando profundamente o *ethos* do Exército moderno, e a paisagem de gênero da sociedade brasileira como um todo.